



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Reunião de Análise da Estratégia

Data/Hora	1ª Sessão: 24 de setembro de 2025. 2ª Sessão: 06 de outubro de 2025. 3ª Sessão: 29 de outubro de 2025.
Local	Híbrida (Presencial e on-line via videoconferência)
Responsável pelo material de apoio	Coordenadoria de Planejamento e Governança
Facilitador	Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições
Participantes	Comitê Gestor da Estratégia - CoGEst

Pauta

Apresentação, discussão e deliberação sobre os Resultados do Primeiro Semestre do 5º ano de medição do Terceiro Ciclo do Plano Estratégico Institucional, incluindo o desempenho de macrodesafios, percentual de atingimento das metas de indicadores e o planejamento do próximo ciclo estratégico.

Relato

O Cláudio Cristiano Abreu Corrêa, Diretor-Geral da Secretaria, deu início aos trabalhos, ressaltando a relevância do Plano Estratégico Institucional como ferramenta de gestão, mesmo em período eleitoral, e passando a palavra ao Senhor Luís Felipe de Oliveira Reis, Coordenador de Planejamento e Governança, para a exposição dos Resultados da Avaliação da Estratégia (RAE). A Senhora Regina Rufino, Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições, contextualizou a importância da análise para a construção do próximo ciclo estratégico.

I. 1ª Sessão (24/09/2025): Macrodesafios 1 e 2

Luís Felipe de Oliveira Reis, Coordenador de Planejamento e Governança solicitou a aprovação formal de metas para dois indicadores específicos, conforme disposição transitória do Plano Estratégico, para alinhamento com os Planos de Trabalho das áreas:

- 1) Índice de Execução do Plano de Transformação Digital (PTD): A meta a ser atingida foi estabelecida em 90% de execução para os anos de 2025 e 2026.

- 2) Índice de Execução do Plano de Educação e Cultura em Segurança da Informação (PECSI): As metas foram fixadas em 44,93% ao final do ano e em 62,32% para o primeiro semestre do próximo ano.

Claucio, abriu a discussão, questionando os representantes da STI, Daniel Forlivesi, Secretário de Tecnologia da Transformação, e Robson dos Santos França, sobre a garantia do cumprimento dos prazos estabelecidos para o PTD.

O Secretário de Tecnologia da Informação, Daniel Forlivesi, acompanhado do Robson dos Santos França Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, deu início à explanação sobre a situação do Plano de Transformação Digital (PTD), reforçando que este plano engloba ações de diversas Secretarias, não se limitando à STI.

Foi apresentado o status das iniciativas que compõem o PTD:

- Contratação de Serviço de Filmagem (SECOM): Concluída.
- Contratação do Serviço de Chatbot: Concluída (apresentada recentemente ao CGovTIC).
- Serviço de E-mail e Drive in Cloud (Google Workspace): 100% contratado e em uso.
- Implantação do Almoxarifado Virtual: O Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material esclareceu que a conclusão ficou para 2026, pois o Tribunal está participando de uma licitação nacional (do Ministério da Gestão), de grande vulto financeiro, com previsão de contratação no final de 2025 ou início de 2026. Esta pendência, portanto, impacta negativamente o índice de cumprimento do PTD.
- Viabilização do Repositório Digital Arquivístico (RDC-Arc): Em andamento, com trabalho sendo executado em parceria com o IBICT.
- Digitalização de Documentos e Processos (E2 Doc): Em andamento. O Senhor Daniel Forlivesi relatou dificuldades devido à transição do software para o modelo de contratação em nuvem. A conclusão está prevista para dezembro de 2025.
- Sistema de Arquivamento e Desarquivamento de Documentos em Papel: O Senhor Robson dos Santos França informou que este projeto, de responsabilidade da SGID, iniciou-se em sistema Access e está atualmente na fila de priorização para desenvolvimento.

O Diretor-Geral, Senhor Claucio Cristiano Abreu Corrêa, interveio, buscando uma visão objetiva das pendências. Ele propôs um desafio e meta explícita para o próximo ciclo: fechar o Plano de Transformação Digital com 100% de conclusão em 2026, mesmo reconhecendo as dificuldades do RDC-Arc e do Almoxarifado Virtual. A meta de 90% em 2025 seria mantida, sendo o 100% em 2026 estabelecido para encerrar o Terceiro Ciclo Estratégico com a transformação digital plenamente concretizada. O Diretor-Geral incentivou a participação ampla de servidores e coordenadores nas discussões sobre o PTD.

Novamente com a palavra Robson e Daniel concordaram com a perspectiva de encerrar o PTD, sugerindo que um eventual novo ciclo de transformação digital (2027-2029) seria um novo plano. Robson sugeriu, ainda, que fosse estudada a possibilidade de alocar equipes de desenvolvimento, inclusive avaliando o uso de ferramentas low code/no code pela SGID, conforme a Portaria nº 20 do ano corrente.

Luís Felipe de Oliveira Reis iniciou a apresentação dos resultados do primeiro semestre, explicando que os resultados seriam detalhados por macrodesafio, que representam os objetivos de longo prazo do plano estratégico.

Começando pelo Macrodesafio 1 (Garantia dos Direitos Fundamentais) Luís Felipe informou que teve um alerta por ter ficado abaixo de 70% da meta. O indicador específico, "quantidade de ações de cidadania", previu 30 ações, mas atingiu 20, o que não foi o esperado. Claucio questionou a inclusão da participação no Pop Rua Jud e outras ações de cartório, confirmando que ainda havia atividades programadas para atingir a meta anual.

Luís Felipe informou que o índice de tratamento das demandas de assédio moral, sexual e discriminação atingiu 100%, superando a meta de 90%, indicando que todas as quatro demandas recebidas foram tratadas.

Em relação ao índice de inclusão de municípios, que mede o percentual de municípios sem cartório eleitoral com ações de atendimento ao público, foi atingida uma meta de 2%, sendo que o

Cogest optou por não subir essa meta devido à incerteza sobre a continuidade do projeto "Parceria Cidadã" e o retorno da biometria obrigatória.

Claucio questionou como estava sendo feita a coleta da biometria nas parcerias cidadãs, e Luís Felipe explicou que, em grande parte, o eleitor se dirigia ao cartório eleitoral para isso. Claucio ressaltou a necessidade de rever a meta para o próximo ciclo, caso o projeto fosse mantido, e torná-la mais ambiciosa.

Luís Felipe apresentou o Macrodesafio 2 (fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade), que estava com 92,47% de atingimento. Um indicador que exigia atenção era o "alcance das publicações no site", com média de 513,48 visualizações por publicação, abaixo da meta de 900. Vitor Amaral Magno da Silva, Secretário de Comunicação Social, explicou que a meta foi estabelecida com base no ano anterior, que teve eleições, e que esperava um aumento no fim do ano, mas reconheceu a dificuldade de mensuração e flutuação de acesso. Claucio sugeriu que, se mantido no próximo ciclo, esse indicador poderia ter um percentual mais baixo e questionou a utilidade desse canal fora do período eleitoral.

Seguindo com a apresentação dos resultados dos indicadores, Luís Felipe apresentou os índices quanto à satisfação pertencentes ao Objetivo 2 do Macrodesafio 2, os dados apresentados indicaram:

- Satisfação nos Cartórios Eleitorais: 99,84% (próximo à meta de 100%).
- Satisfação de Usuários Externos de TIC: 92,18% (meta de 95%).
- Satisfação no Segundo Grau (Secretaria Judiciária): 95,28% (superando a meta de 90%).
- Satisfação na Central de Atendimento (SPRE): 94,73% (superando a meta de 86%). Luís Felipe explicou que a meta mais baixa para o Atendimento deveu-se aos trabalhos de terceirização, e que metas mais ambiciosas seriam estabelecidas no próximo ciclo.
- Índice de Capacitação em Atendimento: Atingimento de 16,14% de servidores capacitados (superando a meta de 13%).

Luís Felipe anunciou que o projeto de reformulação da pesquisa de satisfação no atendimento para cartórios, pontos de atendimento e Secretaria Judiciária foi concluído antes do prazo, em 1º de abril deste ano. Priscilla e Kleber foram parabenizados.

II. 2ª Sessão (06/10/2025): Macrodesafios 3, 4, e 5

A segunda sessão deu continuidade à análise, focando em produtividade jurisdicional, combate à corrupção e gestão administrativa. Claucio enfatizou a importância da presença para a discussão contínua dos desafios do primeiro semestre

Quanto ao macrodesafio 3 (Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional), Luís Felipe, informou que o indicador de fluxo processual atingiu 94,12% da meta. Ele ressaltou a necessidade de discutir a extração de dados do primeiro grau devido a distorções causadas por mudanças na mensuração, especialmente no Índice de Atendimento à Demanda - IAD.

Luís Felipe detalhou o IAD, que mede processos baixados versus recebidos, com meta de 100% até o fim do ano. Ele destacou uma distorção nos dados do primeiro grau devido a uma mudança na extração de dados, solicitando a contribuição de Kleber Henrique Facchin da Corregedoria para esclarecimentos. Para o segundo grau, a meta foi superada, atingindo 104,22%, com um plano de ação em andamento para este indicador.

Claucio pediu a palavra para manifestar sua insatisfação com a gestão do sistema Atena, que, apesar de ser nacionalizado, tem apresentado informações inconsistentes devido à falta de atualização adequada pela equipe responsável em Rondônia, impedindo o pleno atendimento às necessidades do Tribunal.

Kleber Henrique Facchin, apresentou os resultados e a análise da variação do Índice de Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional (IAD).

Ele apontou que a variação no resultado do IAD (baixo no ano anterior e maior no ano corrente) foi atribuída ao ciclo eleitoral. Kleber explanou que nos anos eleitorais há um maior volume de casos novos e menos baixas processuais, o que inverte a lógica nos anos não eleitorais, quando os processos do ano anterior são baixados e há um menor ingresso de novos casos.

Kleber informou que os dados do IAD eram previamente extraídos do sistema Atena, cuja base de dados parou de ser atualizada, comprometendo a extração.

Claucio manifestou preocupação, confirmando o fim da funcionalidade do Atena como fonte de dados. Em resposta, Kleber comunicou que a equipe está realizando um projeto de migração para que todos os dados futuros sejam levantados diretamente do banco de dados do PJe (Processo Judicial Eletrônico).

Para tal, estão sendo desenvolvidos relatórios no PJe Consulta, uma ferramenta interna, para garantir uma extração de dados mais segura, uniforme e com menos dependência de conhecimento técnico específico (como o requerido por ferramentas de Business Intelligence - BI), permitindo que qualquer usuário consiga extrair as informações necessárias.

Luís Felipe, novamente com a palavra, continuou a apresentação dos resultados do Macrodesafio 4, destacando o atingimento de 70,83% para o índice de ações de combate à corrupção e improbidade. Ele destacou que o índice de prescrição está em 0% para primeiro e segundo grau. Contudo, o índice de processos administrativos disciplinares baixados está em 16,67% (meta de 40%), necessitando de um plano de ação.

Sobre o macrodesafio 5 que trata dos indicadores da Sustentabilidade, Luís Felipe destacou:

- Índice de Contratações Sustentáveis: Atingiu 65,17% (superando a meta anual de 50%).
- Índice de Cumprimento do Plano de Logística Sustentável (PLS): Alcançou 77,68% (superando a meta semestral de 70%).
- O Plano de Compensação Ambiental estava com 80% de suas atividades concluídas, com previsão de término em outubro.

Foi informado que a adesão do TRE ao Pacto Global da ONU estava sobrestada, aguardando definições e respostas.

III. 3ª Sessão (29/10/2025): Macrodesafio 6, 7, 8 e 9

Luís Felipe deu início à terceira e última parte da apresentação da Análise da Estratégia dos resultados do primeiro semestre. Ele tratou Macrodesafio 6, 7, 8 e 9.

Macrodesafio 6 (Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa) atingiu o percentual de 73,20% de atingimento. Tendo como resultado:

- Objetivo 1 (Fortalecer os processos de governança Institucional) obteve o resultado de 60% do esperado;
- Objetivo 3 (Otimizar os processos de trabalho) teve 100% do resultado esperado;
- Objetivo 4 (aprimorar a gestão dos dados da memória institucional) teve 86,58% de cumprimento.

Como destaque para o Objetivo 1, Luís Felipe identificou resultado abaixo do esperado na maturidade em gestão de riscos. Ele mencionou que a SEPLAN está trabalhando para aperfeiçoar o indicador com oficinas de gestão de riscos, planilhas de riscos para as áreas e um sistema que utilizará inteligência artificial para identificar riscos. O indicador de índice de qualidade em governança pública não foi mensurado no momento, pois o Tribunal aguarda o resultado final do prêmio CNJ de Qualidade após envio de recurso sobre a versão preliminar.

Luís Felipe explicou que um plano de ação foi desenvolvido para o índice de qualidade em governança pública porque o CNJ não validou uma reunião colaborativa anterior para a construção das metas. Duas ações foram implementadas para alcançar uma nota maior em governança: a realização de uma audiência pública em parceria com o Tribunal Eleitoral de Santa Catarina e um workshop separado

com chefes de cartório para as metas do próximo ano, e o resultado preliminar confirmou o sucesso do plano. Foi mencionado que um plano de ação para incremento de um indicador relativo à paridade de gênero em cargos de chefia está em andamento pela SGP, buscando o preenchimento de vagas no Programa de Desenvolvimento de Sucessores (PDS) por mulheres.

Ainda, trazendo destaque do Objetivo 4, Luís Felipe reportou que o índice de maturidade em gestão documental atingiu 76,19%, ligeiramente abaixo da meta de 88%, mas sem necessidade de um plano de ação. No índice de publicidade da memória institucional, apenas quatro atas digitalizadas foram concluídas, abaixo das 17 eleições realizadas esperadas, e Lívia Helena Zancopé Cardoso Guiselini, Secretária de Gestão da Informação e Documental explicou que o impacto se deveu à mudança de sede e à priorização de um projeto grande da SGP com prazo do CNJ. Lívia Helena afirmou que a ideia é compensar o trabalho de digitalização das atas no segundo semestre.

Macrodesafio 7 (Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas) atingiu o percentual de 92,28%. Luís Felipe destacou a importância dos planos de ações elaborados para monitorar e melhorar o desempenho de indicadores que antes não atenderam a meta, caso do indicador 7.1.1.1 que teve seu atingimento melhorado após acompanhamento via plano de ação.

Macrodesafio 8 (Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária) não apresentou percentual de atingimento da meta.

Luís Felipe esclareceu aos presentes que os indicadores que compõem o Macrodesafio 8 possuem a característica de terem sua medição real feita apenas ao final do exercício financeiro. Isso impossibilita quantificar o atingimento da meta nessa medição parcial.

Claucio pediu a palavra para expressar satisfação com a aderência ao planejamento orçamentário de 82%, um número nunca antes alcançado, e mencionou que o valor das perdas orçamentárias só seria real em dezembro.

Macrodesafio 9 (Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados) teve desempenho de atingimento de 95,27% da meta.

Quanto aos projetos relacionados ao Macrodesafio 9, Luís Felipe destacou que a implantação e o monitoramento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estava com 80% do projeto concluído, com atividades previstas até o final de 2027 e sem atrasos no cronograma. Adicionalmente, o Plano de Educação e Cultura em Segurança da Informação (PECSI) 2023-2024 foi concluído em 13 de março, antes do prazo inicialmente estabelecido.

Com a palavra, Claucio elogiou a equipe da COPEG pelo monitoramento dos resultados, reforçando que o plano estratégico "não deve ser mera formalidade", mas sim o traçado de onde a Instituição quer chegar. O Diretor-Geral enfatizou que o próximo ciclo será uma oportunidade para rever e repensar a visão e os valores do Tribunal, buscando mobilizar as pessoas em torno da Estratégia.

Foi sugerida pelo Claucio a inclusão da política de assunção e junção dos cartórios eleitorais como um novo item no próximo ciclo, alinhado à visão de ser um Tribunal inovador.

Findas as discussões, Claucio agradeceu a presença de todas e todos, declarando encerrado o tema.

Presentes:

Claucio Cristiano Abreu Corrêa - Diretor-Geral da Secretaria

Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material

André Luiz Pavim - Secretário da Corregedoria

Carlos Yukio Fujimoto - Secretário de Orçamento e Finanças

Daniel Forlivesi - Secretário de Tecnologia da Informação

Frederyk Chopin Arantes - Secretário de Auditoria Interna

José Luiz Simião dos Santos – Secretário de Gestão de Serviços

Livia Helena Zancopé Cardoso Guiselini – Secretária de Gestão da Informação e Documental

Luciano Antonio Ribeiro Sanches - Secretário da Judiciária

Paula Helena Batista Silva - Secretária de Gestão de Pessoas

Regina Rufino – Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições

Vitor Amaral Magno da Silva - Secretário de Comunicação Social

Gilberto Rezende de Almeida Junior - Assessor de Estatística Chefe

Julia Balbi Albertin - Assessora de Atendimento aos Cartórios Eleitorais Chefe

Silvia Helena de Marchi - Assessora Jurídica Chefe

Valdemar Xavier Pereira - Assessor de Apoio aos Cartórios Virtuais Chefe

Luís Felipe de Oliveira Reis - Coordenador de Planejamento e Governança

Leandro Hiroto Tamashiro – Coordenador de Educação, Desenvolvimento e Apoio à Governança

Marcus Vinicius Ogawa - Coordenador de Contas Eleitorais e Partidárias

Robson dos Santos França - Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas

Kleber Henrique Facchin - Chefe da Seção de Dados e Suporte aos Sistemas Processuais das Zonas Eleitorais



Documento assinado eletronicamente por **LÍVIA HELENA ZANCOPE CARDOSO GUISELINI, SECRETÁRIA**, em 17/11/2025, às 17:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ PAVIM, SECRETÁRIO**, em 17/11/2025, às 18:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIA BALBI ALBERTIN, ACESSORA-CHEFE**, em 17/11/2025, às 18:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS OGAWA, COORDENADOR**, em 17/11/2025, às 19:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO ANTONIO RIBEIRO SANCHES, SECRETÁRIO**, em 17/11/2025, às 19:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS YUKIO FUJIMOTO, SECRETÁRIO**, em 18/11/2025, às 13:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FREDERYK CHOPIN ARANTES, SECRETÁRIO**, em 18/11/2025, às 17:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KLEBER HENRIQUE FACCHIN, CHEFE DE SEÇÃO**, em 20/11/2025, às 14:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DINTOF, SECRETÁRIO**, em 24/11/2025, às 15:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO REZENDE DE ALMEIDA JUNIOR, ACESSOR-CHEFE**, em 24/11/2025, às 22:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUCIO CRISTIANO ABREU CORRÊA, DIRETOR-GERAL**, em 28/11/2025, às 10:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FORLIVESI, SECRETÁRIO**, em 07/12/2025, às 16:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON DOS SANTOS FRANÇA, COORDENADOR**, em 22/01/2026, às 16:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7033700** e o código CRC **169B80CA**.
